



AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



CTO Nº 025/2023

CONTRATO Nº 025/2023

**CONTRATO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A
AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE E
A GRENCARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS/
GRENCARD, NA FORMA ABAIXO:**

No presente instrumento particular de Contrato, são partes: de um lado, a **AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE**, Autarquia Municipal com personalidade jurídica de direito público, com sede à Avenida Oliveira Lima, nº 867, no bairro da Boa Vista, nesta cidade do Recife, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.970.778/0001-91, neste ato representada conjuntamente, por seu Diretor Presidente, **LUIS HENRIQUE VEIGA FARIAS DE LIRA, brasileiro**, economista, inscrito no CPF nº 012.345.678-91, e seu Diretor Administrativo Financeiro, **JOÃO ALBERTO COSTA FARIA, brasileiro**, casado, economista, inscrito no CPF nº 123.456.789-01, e sua Diretora de Gestão de Pessoas, **MARIA INÊZ PERRUSI OLIVEIRA, brasileira**, psicóloga, inscrita no CPF/MF sob o nº 212.337.814-05, domiciliada e residente nesta cidade do Recife, doravante designada **CONTRATANTE**, e, do outro lado a **GRENCARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS/GRENCARD**, constituída uma sociedade anônima, com sede a Avenida Carlos Gomes, nº 466, 9º andar, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.555.888/0001-71, neste ato representada por seu Diretor Presidente **CARLOS ALEX D'ÁVILA DE ÁVILA, brasileiro**, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 789.012.345-01, domiciliado e residente na cidade de Porto Alegre/RS, doravante designada **CONTRATADA**; as quais, acima nomeadas e qualificadas, resolvem firmar o presente Contrato, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, de acordo com o Processo Licitatório nº 007/2023 aberto através do Edital do Pregão Eletrônico nº 002/2023 URB RECIFE, devidamente homologado pelo Ordenador de Despesas em 29/05/2023, regendo-se pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, suas alterações e pelas cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente Contrato a administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de vale refeição e vale alimentação, por meio de cartão eletrônico com chip, contemplando carga e recarga mensal de valor de face, na modalidade online, visando à aquisição de refeições prontas e gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais credenciados (restaurantes, lanchonetes, hipermercados, supermercados de porte estadual e/ou regional, além de estabelecimentos como: armazém, mercearia, minimercado, açougue, peixaria, hortifrutigranjeiros, atacarejos e comércio de laticínios e/ou frios), conforme especificações e condições previstas no Edital e seus anexos que são partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor do presente Contrato é de R\$ 3.294.960,00 (Três milhões duzentos e noventa e quatro mil novecentos e sessenta reais), preço este já incluído a taxa de administração de 0,00% (zero por cento), valor esse já fixado no Processo de Licitação aberto através do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2023-CPL/URB RECIFE, em que a **CONTRATADA** apresentou a melhor oferta para o referido item, conforme especificações e condições previstas no Edital e seus anexos que são partes integrantes e inseparáveis deste instrumento.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA TERCEIRA– O pagamento das faturas será realizado em conformidade ao estabelecido no item 10 do Termo de Referência – Anexo II do Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2023, e de acordo com a efetiva demanda da **CONTRATANTE**, podendo haver variação nos quantitativos mensais.

DO REAJUSTE

CLÁUSULA QUARTA – Ultrapassados 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta, excluída a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo retardamento da execução do objeto contratual, os preços serão reajustados, utilizando-se como índice o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, fornecido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conforme Decreto Municipal nº 32.425 de 03/05/2019.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A concessão de reajuste será avaliada segundo os termos da Lei nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 32.425 de 03/05/2019.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não obstante a previsão de reajuste de preços nos termos desta Cláusula, o mesmo não será procedido caso o Governo Federal edite medida econômica impeditiva e/ou caso exista impedimento legal na ocasião.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUINTA – O prazo de execução e vigência do presente Contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme o disposto no art. 57 da lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os cartões eletrônicos com chip, destinados a aquisição de gêneros alimentícios e refeições serão entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir da data da solicitação, na sede da **CONTRATANTE** e, na Unidade de Gestão Financeira, sem custo adicional após sua autorização e solicitação formal no que se refere a sua confecção e créditos iniciais, e de até (03) três dias, a partir da data da solicitação, para liberação dos créditos mensais em cada cartão eletrônico.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O prazo de validade dos Cartões Eletrônicos é de no mínimo 01 (um) ano, a contar da data de sua emissão.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

CLÁUSULA SEXTA – Compete à **CONTRATANTE**:

1. Realizar pedidos de crédito nos cartões por meio de arquivo eletrônico disponibilizado pela Empresa **CONTRATADA**.
2. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços.
3. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitado pela **CONTRATADA**.


Edmar Barros

CTO Nº 025/2023

4. Assegurar-se da boa qualidade dos serviços prestados, verificando sempre o seu bom desempenho documentando e registrando as ocorrências.
5. Notificar a **CONTRATADA** de eventuais defeitos ou imperfeições encontradas na execução dos serviços.
6. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela **CONTRATANTE**, não deverão ser interrompidos.
7. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dentro dos prazos previstos neste instrumento e/ou no contrato.
8. Definir valores e quantidades de créditos a serem efetuados nos cartões eletrônicos dos empregados.
9. Informar as necessidades de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
10. Informar mensalmente a **CONTRATADA** qualquer inclusão ou exclusão de beneficiários.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA SÉTIMA – Compete à **CONTRATADA**:

1. A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de registro no Ministério do Trabalho e Previdência Social, relativo ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, conforme previsto na Lei nº 6.321/76.
2. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com confecção de cartões, insumos, mão-de-obra, frete, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais, trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados.
3. Aceitar, em todos os aspectos, a fiscalização por parte da **CONTRATANTE** dos serviços executados, fornecendo-lhe no mínimo dois acessos ao sistema com (login e senha) para 02 (dois) operadores por CPF.
4. Apresentar à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, informações a respeito da utilização do benefício, fornecendo datas, horários e local de consumo, referente ao prazo prescricional dos últimos cinco anos, a contar da data do pedido.
5. Manter elevado padrão de qualidade e segurança no processo de impressão e crédito nos cartões, a fim de evitar qualquer tipo de falsificação ou fraude.
6. Manter em funcionamento a central de atendimento telefônico, 24 horas por dia, para prestar informações e solicitações de bloqueio de cartões.
7. Permitir credenciamento, a qualquer tempo, de estabelecimentos comerciais, conforme solicitação da **CONTRATANTE**.

8. Responsabilizar-se pela confidencialidade e sigilo por si e seus empregados alocados aos serviços, dos documentos que lhe chegarem ao conhecimento por força da execução de contrato, não podendo divulgá-lo, sob qualquer pretexto.
9. Responder por eventuais transtornos ou prejuízos causados aos serviços por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução do contrato que vier a ser firmado.
10. Fiscalizar e responsabilizar-se pelo perfeito cumprimento do objeto contratado, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, independentemente do controle e fiscalização exercidos pela **CONTRATANTE**.
11. Prestar as informações e esclarecimentos solicitados, em no máximo 48 horas, a contar da solicitação feita pela **CONTRATANTE**.
12. Comunicar ao Gestor e Fiscal do contrato, por escrito, eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela **CONTRATANTE**.
13. Garantir sigilo sobre os dados dos empregados, devendo, os mesmos, ser fornecidos exclusivamente a **CONTRATANTE**, e sendo vedada a sua utilização para outros fins.
14. Organizar e manter relação atualizada da rede credenciada, fornecendo listagem com nome e endereço dos estabelecimentos credenciados sempre que solicitada.
15. Manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
16. É vedada a subcontratação para prestação dos serviços objeto desta licitação.
17. Apresentar declaração devidamente assinada por sócio(s) ou representante(s) legal da empresa, comprometendo-se que durante a vigência do contrato e desde que solicitado pela **CONTRATANTE**, fornecerá, toda quantidade dos cartões, requisitados, objetos do presente Termo de Referência, sem custo adicional à **CONTRATANTE**.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA OITAVA – Os recursos alocados para realização do objeto do presente Contrato são oriundos da Prefeitura do Recife, através da rubrica orçamentária nº 50.11.2.153.1.3.3.90.39 FONTE 500; Bloqueio orçamentário nº 2023.50 11 (1). 41.

DO RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA NONA – O objeto deste instrumento será recebido pela **CONTRATANTE** por servidor responsável pelo atesto, na forma da legislação vigente, nas seguintes condições:

- a) recebimento provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratado com as especificações;

CTO Nº 025/2023

b) recebimento definitivo após a verificação da quantidade, após o decurso do prazo de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, prazo este não superior a 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO ÚNICO – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela veracidade das informações e pela qualidade e quantidade do objeto fornecido, devendo a mesma, na hipótese de rejeição, substituir, no prazo de 05 (cinco) dias, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, qualquer item que não atenda às especificações, sob pena de ser considerada inadimplente, e ficar sujeita à aplicação das penalidades previstas no Edital de Licitação e neste Contrato.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA – A garantia de execução do presente Contrato será efetuada mediante uma das formas estabelecidas no § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93 e corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor global do Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO – Transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência do presente Contrato, por requerimento da CONTRATADA, a CONTRATANTE devolverá a garantia prestada, desde que o objeto deste instrumento tenha sido executado integralmente e que não haja qualquer pendência contratual a ser resolvida, mediante autorização expressa da Diretoria Administrativa e Financeira da CONTRATANTE.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato serão efetivadas na forma e condições do art. 65 da Lei nº 8.666/93, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar este Contrato.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – A CONTRATANTE poderá considerar extinto e rescindido este Contrato, com as consequências aqui lançadas e as previstas em lei, nas hipóteses de a CONTRATADA:

- a. não proceder o fornecimento do objeto no(s) prazo(s) fixado(s) e solicitado(s) pela CONTRATANTE;
- b. ceder, transferir ou subcontratar os direitos e obrigações deste Contrato; e/ou
- c. for declarada falida, insolvente ou dissolvida

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Na hipótese de vir a ser rescindido o presente Contrato por inadimplemento contratual da CONTRATADA, em consequência de qualquer das hipóteses elencadas nas letras “a” até “c” desta Cláusula, a CONTRATADA pagará à CONTRATANTE, a título de cláusula penal, uma multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, independentemente das penalidades previstas em lei e sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não implicará em renúncia ao direito o não exercício, por parte da CONTRATANTE, da faculdade de considerar rescindido o presente instrumento, nos termos desta Cláusula.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O presente Contrato poderá ser rescindido por razões de interesse público, de
... conhecimento, determinado e justificado pela CONTRATANTE, |

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A **CONTRATADA** ficará sujeita à multa diária de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total do Contrato, pelo não cumprimento dos prazos fixados na Cláusula Quarta deste Contrato, devendo o valor da multa ser recolhido à Tesouraria da **CONTRATANTE** no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da penalidade, sem prejuízo de qualquer outra exigência prevista em lei, no Pregão Eletrônico nº 002/2023 – CPL/URB RECIFE ou neste Contrato.

DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – A fiscalização da execução do Contrato será exercida pela Diretoria Executiva de Gestão de Pessoas da **CONTRATANTE**, a qual competirá a coordenação e fiscalização do Contrato, bem como atestar as Faturas / Notas Fiscais correspondentes aos serviços executados, condição indispensável para a quitação das mesmas, cabendo, ainda, zelar pela fiel execução do Contrato, em conformidade com o previsto no Edital e na proposta da **CONTRATADA**. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do Contrato, o agente fiscalizador dará ciência à **CONTRATANTE** do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da **CONTRATADA** para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do Contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**.

DOS DOCUMENTOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Faz parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, o inteiro teor do Processo DAJ nº 362/23, contendo o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2023 seus anexos e a Proposta da **CONTRATADA**.

DAS DEMAIS ESTIPULAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A **CONTRATADA** assumirá integral responsabilidade pelos danos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, inclusive, acidentes, mortes, perdas ou destruições, isentando a **CONTRATANTE** de toda e qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do fornecimento do objeto deste Contrato correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A **CONTRATADA** obriga-se a comprovar a regularidade jurídica fiscal e previdenciária durante toda a vigência do Contrato, apresentando, sempre que solicitado, as certidões mencionadas devidamente atualizadas, sob pena de suspensão de pagamento até o cumprimento da exigência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – O quantitativo de cartões eletrônicos com chip, mensal poderá variar para mais ou para menos em razão da necessidade da **CONTRATANTE**.

CTO Nº 025/2023

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Para todas as ações que possam advir do presente Contrato, fica eleito o foro desta comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem, assim, de pleno acordo, as partes firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e para o mesmo efeito de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que abaixo também o subscrevem.

Recife, 10 de julho de 2023.

LUIS HENRIQUE VEIGA FARIAS DE LIRA

Diretor-Presidente da AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE

JOAO ALBERTO COSTA LIMA

Diretor Administrativo Financeiro da AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE

MARIA INEZ FERROSI OLIVEIRA

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas da AUTARQUIA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE - URB RECIFE

CARLOS ALEX D'ÁVILA E

Representante Legal da GREENCARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS/ GREENCARD

TI

1 _____

Jacqueline Zago Basiliadis
Cpf: 692.991.020-15